



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE TAGUATINGA - TO
CNPJ: 04.221.258/0001-79

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2025.

Presidente: Esmaélio Pereira da Silva
Vice- Presidente: Harles Evangelista dos Santos
Primeiro Secretário: José Aires Mendes Neto
Segundo Secretário: Leiva Borges Evangelista

Aos dezenove dias do mês de maio de 2025, nesta cidade de Taguatinga Estado do Tocantins, no Plenário da Câmara Municipal José Luiz Teixeira, em horário regimental Presidente em exercício Harles Evangelista dos Santos e os demais edis: Leiva Borges Evangelista (Pinha), Valdenor Melo Barreto, João Pereira da Silva, Domingos Tavares Barbosa e José Aires Mendes Neto. Dando início aos trabalhos foram proferidas as seguintes palavras pelo senhor presidente "SOB A PROTEÇÃO DE DEUS HAVENDO NÚMEROS SUFICIENTES E EM NOME DO POVO DE TAGUATINGA DECLARO ABERTA A SEGUINTE SESSÃO". Foi feita a leitura do texto bíblico com a nossa colaboradora Sara Dyenes seguido de uma reflexão e da oração universal. Consta como matéria na ordem do dia: Entrada e Leitura do Óficio Informativo nº 110/2025 de autoria do vereador Leiva (Pinha); Entrada e Leitura do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2025 "Dispõe sobre a revisão, atualização e consolidação da Lei Orgânica do Município de Taguatinga – TO" Autoria: Paulo Roberto Ribeiro – Prefeito Municipal; Entrada e Leitura do Projeto de Lei nº 03/2025 "Dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do Município de Taguatinga – TO e dá outras providências" Autoria: Paulo Roberto Ribeiro – Prefeito Municipal; Entrada, Leitura, Discussão e Votação do Requerimento nº 012/2025" Requer do Poder Executivo o Patroamento e Cascalhamento da entrada da Região do Povoado Retiro de autoria do Vereador João Pereira (JP), o vereador João Pereira fez uso da palavra para explanar sobre a matéria ressaltou que no período chuvoso por várias vezes quase houve acidente e que tem que ser cascalhado com cascalho chumbinho para resolução da problemática, Aproveitando a fala o vereador João Pereira solicitou ao presidente que fosse cumprido o prazo regimental para que ele analisasse melhor os projetos acima citado uma vez que os Projetos são grandes e importantes, o vereador João Pereira também fez a cobrança da Data Base tanto dos funcionários da Casa de Leis como dos funcionários do Poder Executivo, solicitou que fosse feita



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE TAGUATINGA - TO
CNPJ: 04.221.258/0001-79

a Resolução da Data Base dos servidores da Câmara para ser votado ainda nessa Sessão de maio. O senhor presidente em exercício Harles colocou em Requerimento em votação e Aprovado por unanimidade dos presentes. O presidente Harles explanou que acredita que o presidente Esmaelio deve deliberar essas matérias no decorrer da semana colocando a Data Base que é direito dos Funcionários desta casa e que os presidentes anteriores concederam esse benefício para os servidores e vereadores. Não havendo mais nenhum assunto a tratar o senhor presidente encerrou a sessão. Eu Laiane Ferreira Galvão, secretária deste poder, digitei a presente ata que após lida vai assinada por mim, pelo senhor presidente em exercício e pelos vereadores acima mencionados.

Laiane Ferreira Galvão
Harles
Esmaelio
Vereadores: [assinaturas]



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE TAGUATINGA - TO
CNPJ: 04.221.258/0001-79

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2025.

Presidente: Esmaél Pereira da Silva

Vice- Presidente: Harles Evangelista dos Santos

Primeiro Secretário: José Aires Mendes Neto

Segundo Secretário: Leiva Borges Evangelista

Aos 21 dias do mês de maio de 2025, nesta cidade de Taguatinga Estado do Tocantins, no Plenário da Câmara Municipal José Luiz Teixeira em horário regimental reuniram-se o senhor presidente **Esmaél Pereira da Silva** e os demais edis: **Leiva Borges Evangelista (Pinha)**, **Valdenor Melo Barreto**, **Harles Evangelista dos Santos**, **Cesar Flor da Silva (Carias)**, **Lucas Alves Nascimento**, **João Pereira da Silva (JP)**, **Domingos Tavares Barbosa** e **José Aires Mendes Neto**. Dando início aos trabalhos foram proferidas as seguintes palavras pelo senhor presidente **“SOB A PROTEÇÃO DE DEUS HAVENDO NUMERO SUFICIENTES E EM NOME DO POVO DO POVO DE TAGUATINGA DECLARO ABERTA A SEGUINTE SESSÃO”**. Foi feita a leitura do texto bíblico no livro de Lucas 20:20 com a colaboradora Sara Dyenes seguida de uma reflexão, logo após foi feita a oração universal. Consta na ordem discursão e votação do projeto de Lei Legislativo 02/2025, que “institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia no município de Taguatinga – TO e assegura o direito ao atendimento prioritário, e das outras providências. Autoria: Vereador **Lucas Alves Nascimento**. O senhor presidente cumprimentou a todos os presentes iniciando sobre o respectivo projeto e cedeu a palavra para o autor do projeto legislativo. **Vereador Lucas**, autor do projeto de lei que trata da criação da carteirinha de identificação para pessoas com fibromialgia, cumprimentou a todos os presentes, fazendo referência especial à Sra. Escolástica e à Professora Ana Lúcia. Relatou que foi procurado por mulheres acometidas pela fibromialgia, que trouxeram demandas e dificuldades enfrentadas no cotidiano, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento da condição e à necessidade de atendimento prioritário. O vereador destacou que atualmente há cerca de 40 mulheres diagnosticadas com fibromialgia no município,

número que reforça a urgência da regulamentação local sobre o tema. Explicou que o objetivo do projeto é aprimorar a legislação municipal, garantindo dignidade, visibilidade e direitos às pessoas com o diagnóstico. Informou ainda que a legislação sobre fibromialgia já existe nos âmbitos federal e estadual, e que cabe ao município apenas regulamentar e operacionalizar sua aplicação. Finalizou sua fala ressaltando a importância da empatia e da atuação do poder público frente às demandas da população que convive com doenças invisíveis, como é o caso da fibromialgia, e comunicou que o projeto já conta com o apoio do Prefeito Municipal, o que fortalece as possibilidades de sua efetiva implantação. O senhor presidente, parabenizou o autor do projeto relatou sobre a importância do tema abordado. Em seguida franqueou a palavra a plateia para uso da tribuna, conforme previsto no Regimento Interno, permitindo manifestações de cidadãos previamente inscritos. Fez uso da tribuna a Sra. Escolástica, que iniciou sua fala cumprimentando a todos os presentes, com destaque especial ao vereador Lucas, autor do projeto em pauta. Em sua fala, a Sra. Escolástica relatou que convive com a fibromialgia a vinte anos, descrevendo as intensas dores causadas pela doença, bem como outras enfermidades que pode desencadear ao longo do tempo. Destacou ainda, a dificuldade enfrentada para obter um diagnóstico preciso, mencionando que é necessário passar por diversos exames e consultas com diferentes especialistas até que a condição seja reconhecida de forma oficial. Ressaltou também os desafios em obter prioridade em atendimentos, uma vez que muitas pessoas não compreendem a gravidade e as limitações impostas pela fibromialgia. A Sra. Escolástica também chamou atenção para o alto custo relacionado ao tratamento da doença, incluindo gastos com exames, medicamentos e consultas especializadas. Por fim, afirmou que a instituição da carteirinha de identificação representara um importante avanço, facilitando o reconhecimento da condição e o acesso a direitos e garantias. Por fim agradeceu a todos. O senhor presidente manifestou solidariedade à causa declarando que a casa legislativa estará de portas abertas para acolher e apoiar as reivindicações apresentada. Com a palavra o vereador Domingos Tavares cumprimentou a todos os presentes. Manifestou solidariedade a causa apresentada, destacando que, embora ainda pouco se conhece sobre a fibromialgia, mas muito se tem visto falar a respeito. Ressaltou a força e a luta das mulheres acometidas, sabendo que nem só mulheres são acometidas, mais no caso do homem é muito raro, referiu a elas como verdadeiras guerreiras e afirmou que são plenamente merecedoras desse direito, uma vez que já há legislação que reconhece no âmbito federal e estadual, sendo pertinente que também haja regulamentação no âmbito municipal. Parabenizou o vereador Lucas autor do projeto, e antecipou seu voto pela aprovação. Finalizando pediu uma salva de palmas. O vereador Leiva (Pinha) cumprimentou a todos os presentes e parabenizou o vereador autor do projeto. Relatou ter conhecimento da acusa, por ter parente (irmã) que sofre com esse problema. Manifestou solidariedade as pessoas acometidas pela doença destacando ser extremamente difícil lidar com dores constantes. Colocou-se à disposição para contribuir com a causa e apoiar as iniciativas voltadas à melhoria da qualidade de vida dos acometidos. Finalizou dizendo que foi eleito pelo povo que

aprovado por unanimidade dos vereadores presentes. Em seguida o vereador autor do projeto solicitou o registro de uma foto oficial com todas as mulheres envolvidas na causa a fim de documentar e valorizar a participação de todos nessa iniciativa. Voltando aos trabalhos o presidente mencionou o vereador Domingos, onde o mesmo solicitou a retificação da ata da sessão anterior. O vereador esclareceu que seu pedido não tem caráter pessoal nem é direcionado contra os colegas, mas entende que a ata não registra todo o episódio ocorrido. Diante disso o presidente solicita à secretária em exercício naquele período que providenciasse a retificação conforme solicitado. O presidente trouxe a pauta um tema da sessão anterior, referente ao questionamento feito pelo vereador Domingos sobre o subsídio do cargo de presidente. Na ocasião, entregou ao vereador um documento contendo os devidos esclarecimentos sobre o assunto. Durante o debate, o vereador Domingos afirmou que já tinha conhecimento sobre as informações contidas no documento. Ele questionou que há uma diferença nos valores, destacando que o presidente recebe um valor, enquanto os demais recebem outro. Diante do exposto, o presidente encerrou o debate e prosseguiu com os trabalhos da sessão. Conforme previsto na pauta, colocou em **discussão e primeira votação o Projeto de Lei nº 03/2025**, de autoria do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **Paulo Roberto Ribeiro**, que **“Dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do Município de Taguatinga – TO, e dá outras providências.”** O referido projeto havia recebido pedido de vista pelo vereador Domingos Tavares, sendo agora devolvido para apreciação do plenário. Durante a fase de discussão, fez uso da palavra o vereador **Valdenor**, que destacou a importância do assistencialismo, afirmando ser algo positivo, desde que voltado para toda a população. O parlamentar expressou preocupação com o que classificou como práticas de politicagem, apontando que o benefício não estaria sendo distribuído de forma igualitária. Segundo ele, a assistência social deve alcançar todos os cidadãos, independentemente de preferências políticas. Relatou ainda que tem recebido diversas reclamações da população, que o procurou relatando possíveis desigualdades no acesso aos benefícios. Finalizou sua fala agradecendo o espaço para manifestação. Não havendo mais quem quisesse discutir, o Senhor Presidente colocou o projeto em votação, sendo o **mesmo aprovado por unanimidade dos vereadores presentes**. Dando procedimento a ordem do dia dispõe primeira votação e discursão do **Projeto de Emenda Única de Revisão, Atualização e Consolidação da Lei Orgânica do município de Taguatinga TO. nº 01/2025** autoria do prefeito municipal **Paulo Roberto Ribeiro**. A Secretária em exercício, senhora Laiane, informou que os relatores das comissões apresentaram pareceres e relatórios favoráveis. Comissão de **Finança, Orçamento, Tributação, Fiscalização e Controle**, o relator **Harlles** apresentou parecer favorável. Da mesma forma, o relator **Lucas**, da Comissão de **Constituição, Justiça e Redação**, também emitiu parecer favorável. Os membros e presidentes das referidas comissões aprovaram os pareceres apresentados. Antes de prosseguir com a votação, o vereador Lucas solicitou à Mesa Diretora que mantivesse a ordem durante os trabalhos da sessão, enfatizando a importância de seguir o ritmo da pauta e da Ordem do Dia, de modo a garantir clareza e compreensão às pessoas

nele confiou, e que está comprometido em ajudar e fazer valer cada voto recebido. Encerando pediu uma salva de palmas em apoio a causa. Em seguida, fez uso da palavra o vereador Harlles, que cumprimentou a todos os presentes e também se pronunciou sobre a fibromialgia. Relatou que tem algum conhecimento sobre a doença, fruto de suas próprias pesquisas, destacou a importância do projeto apresentado afirmando que, mesmo sendo um pequeno passo a emissão da carteirinha de identificação já representa um grande avanço e auxílio para as pessoas acometidas. Ressaltou ainda que a fibromialgia é uma doença que causa intenso sofrimento e que infelizmente o tempo de espera por atendimento na rede pública é demorado, enquanto na rede particular exige altos custos. O vereador compartilhou ainda uma experiência pessoal, mencionando que sua filha é acometida por uma síndrome muito rara, que, embora o acometido regride com o tempo, exigindo cuidados constantes. Finalizou sua fala afirmando sua fé em Deus, pois Ele está no controle de todas as coisas, que Ele é o médico dos médicos e que vale a pena confiar e acreditar. Parabenizou o autor do projeto e demonstrou satisfação, expressando o desejo de que muitos outros projetos em benefícios da população possam vir a ser apresentados e aprovados. Fez uso da palavra vereador Zé Dolinha, que iniciou cumprimentando todos os presentes, os demais colegas, serventúrios e o público em geral. Abordou sobre o projeto legislativo, destacando a relevância da proposta para garantir mais dignidade, reconhecimento e prioridade no atendimento as pessoas diagnosticadas. Reforçou a importância da empatia e do apoio do poder público e da sociedade. Por fim, colocou-se à disposição para colaborar no que for necessário dentro de suas possibilidades, tanto no exercício de seu mandato como vereador, quanto como cidadão, reafirmando seu compromisso. Em seguida, fez uso da palavra o vereador Todo Duro, que cumprimentou todos os presentes e teceu comentários sobre o projeto de lei a identificação por carteirinha das pessoas com fibromialgia. Ressaltou a importância da proposta e elogiou a sensibilidade e a visão do colega vereador Lucas em apresentar um projeto com essa magnitude. Afirmou que a área da saúde é uma causa à qual sempre se dedicou e que está pronto para ajudar no que for necessário, seja como vereador atuando na câmara, seja nas ruas ou até mesmo em sua própria residência, sempre que procurado pela sua comunidade. Finalizou parabenizando o autor da proposta e reiterando seu apoio à iniciativa. Com a palavra o vereador João Pereira (JP) cumprimentou todos os presentes, em seguida parabenizou o vereador autor do projeto pela iniciativa voltada as pessoas com fibromialgia. Durante a fala, solicitou que fosse incluída no projeto a previsão de uma ajuda financeira os acometidos com a doença. Destacou que, diante do número expressivo de pessoas muitas delas enfrentam dificuldades econômicas para custear exames, medicamentos e demais necessidades relacionadas ao tratamento. Finalizou garantindo apoio à proposta. Com a palavra o vereador César cumprimentou todos os presentes, afirmou não ter muito conhecimento sobre a fibromialgia, mas comprometeu-se com uma ajuda de custo no valor de R\$ 250,00 mensais para pessoas mais necessitadas. Parabenizou o autor do projeto e todos os envolvidos na causa. Não havendo mais quem quisesse discutir o senhor presidente colocou em votação o projeto, sendo

presentes e aos que acompanham a sessão. O parlamentar destacou que é fundamental manter a organização dos trabalhos para que todos entendam corretamente o que está sendo apreciado no plenário. Em seguida, o parlamentar comentou sobre o projeto em discussão, destacando que o mesmo já havia sido encaminhado à Casa Legislativa anteriormente, quando ele exercia a função de presidente da Câmara, no ano de 2022, e que agora retorna com atualizações e revisões necessárias. Relatou que se reuniu recentemente com o Procurador do Município para analisar diversos pontos da Lei Orgânica Municipal, ressaltando que o projeto visa a atualização da legislação com base no novo panorama legal de acordo com as atualizações das leis Federais, seguindo parâmetros modernos e em consonância com as legislações superiores. O vereador ressaltou que a Lei Orgânica encontra-se desatualizada, citando como exemplo a fixação do número de vereadores, que anteriormente era de 11 e atualmente são 9. Mencionou também questões relacionadas a loteamentos, áreas públicas e outras demandas que carecem de regulamentação, reforçando a necessidade de uma revisão ampla e responsável. Afirmou que a proposta se trata de uma revisão e reformulação da Lei Maior do Município, e explicou que, por se tratar de emenda à Lei Orgânica, o projeto deve ser votado em dois turnos, com intervalo mínimo de 10 dias entre as votações, exigindo o quórum qualificado de dois terços (06 votos favoráveis) dos membros da Casa Legislativa. Finalizou solicitando o apoio dos nobres colegas vereadores e pediu o voto favorável em nome do Prefeito Municipal, para aprovação da proposta que visa a reformulação da Lei maior de Município de Taguatinga – TO. Em seguida, fez uso da palavra o vereador João Pereira (JP), dirigindo-se ao vereador Lucas com uma pergunta a respeito do conteúdo da Proposta de Emenda nº 01/2025. O parlamentar expressou preocupação quanto ao tempo insuficiente para análise detalhada da matéria, afirmando que não teve tempo suficiente de estudar todos os pontos do projeto com a devida atenção. O vereador João Pereira destacou especificamente a existência de um artigo que, segundo ele, estaria retirando a obrigatoriedade do Município em continuar efetuando o pagamento de servidores cedidos ao Sindicato (à Associação dos Servidores Públicos Municipais). Em resposta, o vereador Lucas informou que não se recordava especificamente do artigo mencionado, mas confirmou que existe, sim, um dispositivo na proposta tratando da cessão de servidores a entidades associativas. Explicou que, atualmente, o Município é responsável pelo pagamento da remuneração dos servidores cedidos às entidades, como sindicatos ou associações de servidores. No entanto, a proposta de emenda em análise prevê que essa responsabilidade passará a ser da própria entidade beneficiada pela cessão. Ressaltou que, caso a proposta seja aprovada, a nova regra não terá efeito retroativo, permanecendo válida a atual situação dos servidores cedidos até o fim de seus respectivos mandatos ou períodos de cessão em vigor. Em continuidade à discussão, fez uso da palavra o vereador Domingos Tavares, que iniciou sua fala mencionando que anteriormente já havia solicitado vista de outro projeto, explicando que sua postura se deve ao fato de não querer deliberar “às cegas”, ou seja, sem pleno conhecimento do conteúdo das matérias analisadas. Com relação à Proposta de

Emenda nº 01/2025, o vereador solicitou pedido de vista, justificando que está em seu primeiro mandato e que, por isso, entende ser necessário maior cautela, especialmente por se tratar de um projeto extenso, com muitas páginas, e que, por ser um conteúdo complexo, requer uma análise cuidadosa e responsável. Logo após, fez uso da palavra o vereador Harlles, que destacou que o projeto contempla tudo o que já havia sido explanado pelo vereador Lucas. Informou que teve a preocupação de procurar o Procurador do Município, Dr. Erick, para esclarecer pontos específicos da proposta, e que, durante a reunião, obteve total compreensão sobre as mudanças que estão sendo propostas na Lei Orgânica. O vereador Harlles relatou ainda que este mesmo projeto já havia sido apresentado anteriormente na Casa Legislativa, mas não foi aprovado. Disse que, naquela ocasião, ele próprio optou por não votar, por não estar suficientemente informado sobre o conteúdo da matéria. No entanto, destacou que, agora, após análise e esclarecimentos, não vê motivo para suspender ou adiar a votação, mesmo reconhecendo que o pedido de vista é um direito legítimo de qualquer vereador. Acrescentou ainda que há recomendação do Ministério Público, através de pedido do promotor de justiça, para que o Município proceda à adequação da Lei Orgânica, no que tange à fixação do número de vereadores, e que, portanto, nada impede que o pedido de vista seja submetido ao plenário para deliberação. Na sequência, fez uso da palavra o vereador Zé Dolinha, que iniciou sua fala destacando que o legislador foi prudente ao estabelecer, no Regimento Interno, a exigência de um interstício mínimo de dez dias entre os turnos de votação de emenda à Lei Orgânica, justamente para que os parlamentares tenham tempo hábil para se debruçar sobre o conteúdo do projeto e votar com consciência e responsabilidade. O vereador afirmou que o pedido de vista é um direito legal e legítimo do parlamentar, porém, ponderou que, no presente caso, o pedido não encontra amparo prático, uma vez que a matéria já se encontra em fase de votação. Destacou ainda que, mesmo sem o pedido de vista, os vereadores terão esse mesmo tempo previsto correspondente ao interstício de dez dias entre os turnos para continuar analisando o projeto antes da segunda votação, além das eventuais sessões subsequentes que poderão ser utilizadas para debate. Concluiu dizendo que, diante disso, não vê necessidade de interrupção do processo legislativo em andamento, já que o tempo regulamentar já proporciona espaço suficiente para aprofundamento da matéria. Contudo, diante da manifestação de outros vereadores favoráveis à continuidade da tramitação da matéria, o senhor presidente decidiu submeter o pedido de vista à deliberação do plenário, conforme previsto no Regimento Interno. Colocado em votação, o pedido de vista foi **aprovado por 5 (cinco) votos favoráveis, dos 9 (nove) vereadores presentes (exceto o voto do presidente)**. Em seguida, o senhor presidente deu continuidade à votação do **Projeto de Emenda nº 001/2025**, que foi **aprovado por 6 (seis) votos favoráveis**, incluindo o voto do presidente, e registradas **3 (três) abstenções**. Como não consta mais matérias na ordem do dia o senhor presidente franqueou a palavra no prazo regimental de cinco minutos. Com a palavra, o vereador **João Pereira (JP)** argumentou sobre o ofício protocolado referente à data-base. Em resposta, o senhor presidente informou que já havia encaminhado ao contador da Casa, solicitando o

levantamento solicitado, e que no dia seguinte traria a resposta ao plenário. O presidente também esclareceu que o levantamento foi solicitado não apenas ao contador da Casa, mas que foram contratados dois contadores particulares para realizar análises independentes, a fim de obter um parecer mais abrangente e preciso. O vereador **João Pereira** questionou sobre o ofício protocolado na Casa, solicitando que o nobre presidente verificasse a situação. A secretária em exercício, **Laiane**, informou que houve, sim, o protocolamento do ofício, enviado pela associação **ASPEMT**. O senhor presidente declarou que traria retorno ao plenário no dia seguinte. Não havendo mais vereadores que quisessem se manifestar, o senhor presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, **Cléia Rodrigues Barbosa** escrituraria desse poder com portaria de nº018/2025, publicada em 04 agosto de 2025, lavrei a presente ata com base nas gravações oficiais da sessão ordinária realizada no dia **21 de maio de 2025**, disponibilizadas no canal da Câmara Municipal no YouTube, no seguinte link: https://www.youtube.com/live/AE2ms4J5xn4?si=0vu2en_WOGTCTB1p Ressalto que este período foi coberto por outra escriturária e, diante da **não localização da referida ata nos arquivos físicos e digitais da Câmara**, redigi este documento para fins de registro, respeitando fielmente os fatos ocorridos, conforme verificado nas gravações registradas. *Cléia Rodrigues Barbosa,*

Renato J. Schef
Lucas Pds
Paulo
Lucas Pds
Paulo
Paulo



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE TAGUATINGA - TO
CNPJ: 04.221.258/0001-79

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2025.

Presidente: Esmaelio Pereira da Silva
Vice- Presidente: Harles Evangelista dos Santos
Primeiro Secretário: José Aires Mendes Neto
Segundo Secretário: Leiva Borges Evangelista

*Aos vinte dias do mês de maio de 2025, nesta cidade de Taguatinga Estado do Tocantins, no Plenário da Câmara Municipal José Luiz Teixeira, em horário regimental reuniram-se o senhor presidente **Esmaelio Pereira da Silva** e os demais edis:: **Leiva Borges Evangelista (Pinha), Valdenor Melo Barreto, João Pereira da Silva, César Flor da Silva, Domingos Tavares Barbosa Harles Evangelista dos Santos, Lucas Alves Nascimento e José Aires Mendes Neto.** Dando início aos trabalhos foram proferidas as seguintes palavras pelo senhor presidente “SOB A PROTEÇÃO DE DEUS HAVENDO NÚMEROS SUFICIENTES E EM NOME DO POVO DE TAGUATINGA DECLARO ABERTA A SEGUINTE SESSÃO”. Foi feita a leitura do texto bíblico com a nossa colaboradora Sara Dyenes seguido de uma reflexão e da oração universal. Consta como matéria na ordem do dia: Primeira Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 03/2025 “Dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do Município de Taguatinga – TO e dá outras providências” Autoria: Paulo Roberto Ribeiro – Prefeito Municipal. O vereador Lucas Alves, relator da Comissão de Justiça deu o parecer pela aprovação e o vereador Harles, relator da Comissão de Finanças também deu o parecer pela aprovação do Projeto. O senhor presidente colocou o Projeto em discussão, o vereador Domingos se manifestou e pediu vista do projeto por não ter tido tempo suficiente para analisar o projeto, justificou que não gostaria de prejudicar o andamento dos trabalhos e sim conhecer melhor as mudanças que serão feitas através do Projeto. Os nobres pares discutiram o pedido de vista o vereador Domingos explanou que poderia colocar o Projeto em votação no dia posterior que ele só gostaria de ter tempo para ler o Projeto o senhor presidente colocou o pedido de vista em votação e Aprovado por Unanimidade de todos. Entrada, Leitura, Discussão e Votação do Requerimento nº 13/2025 de autoria do vereador Lucas Alves. O vereador Lucas explanou sobre o*



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE TAGUATINGA - TO
CNPJ: 04.221.258/0001-79

requerimento, recebeu o apoio dos vereadores e Aprovado por Unanimidade de todos; Entrada, Discussão e Votação do Requerimento nº 14/2025 de autoria do vereador Harles. O vereador Harles fez uso da palavra explanou sobre o requerimento recebeu apoio dos nobres pares e Aprovado por Unanimidade de todos. Como não conta mais nenhuma matéria na ordem do dia o senhor presidente franqueou a palavra. Fez uso da palavra o vereador Valdenor, solicitou ao presidente que fosse feita a entrega do título cidadão que foi concedido ao Comandante Dantes em fevereiro de 2024 e que ele gostaria de fazer a entrega nas sessões de junho. Em resposta ao vereador Valdenor o presidente informou que entregaria sim, solicitou a secretária para providenciar a confecção do título e explicou que não foi feita a entrega de título dos professores porque houve outros gastos. O vereador Valdenor ressaltou que se a câmara estiver passando por momentos financeiros ele mesmo paga a confecção dos títulos. O presidente Esmáelio falou que está dando prioridade para entrega de título de autoria dos vereadores em exercício e que em outro momento entregará os títulos dos professores. Fez uso da palavra o vereador Domingos, falou sobre a resolução que foi votada do salário dos vereadores, solicitou ao presidente que ele mostre o que está entrando e saindo da conta desta Casa de Leis para que os vereadores fiquem tranquilos uma vez que está sendo descontado o valor de R\$800,00 (oitocentos reais) do salário dos vereadores e que esse dinheiro faz falta, solicitou que o trabalho seja feito com transparência e coerência para que todos possam trabalhar em harmonia, falou que o que ele pergunta o presidente agora todos os vereadores questionam também do porque o senhor presidente não paga o salário correto. Em resposta o presidente Esmáelio falou que existe uma Lei de 70% (setenta) por cento que não pode ser ultrapassada, teceu comentários sobre o vereador Domingos ser estudado e ter passado em um concurso de guarda, falou que não é que não tenha dinheiro e sim que essa Lei não pode ser descumprida, que se pudesse ele pagaria salário de R\$14.000,00 (quatorze mil) reais, que ele não vai estourar o índice para não ter as contas reprovadas e deu exemplo do vereador Harles que baixou o salário dos vereadores quando foi presidente para não ultrapassar o índice, o presidente falou que ano que vem ele não é mais presidente e que se o vereador Domingos provar que tem como pagar o salário sem ultrapassar o índice ele paga. O vereador Domingos ressaltou que a resolução foi votada por esta Casa inclusive pelo presidente e é por isso que ele fala que tem que ler ter consciência no está sendo votado e que ele não quer saber se ele é estudado e passou em concurso de guarda não e que hoje ele



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE TAGUATINGA - TO
CNPJ: 04.221.258/0001-79

pode ser mais sabido por ter passado em concurso para vereador no prazo de 4 (quatro) anos do que o serviço de guarda, o vereador ainda falou que não vai usar o microfone pra fazer demagogia, ressaltou que o salário dos vereadores hoje é R\$ 9.000,00 (nove mil) reais e perguntou qual o valor do salário do presidente. Em resposta o presidente Esmaelio falou que é R\$ 10.400,00 (dez e quatrocentos). O vereador Domingos falou então que gostaria de saber qual é o salário base do presidente, que ele não gosta de ouvir uma coisa e ficar calado, deu exemplo que o presidente é ruim de atender telefone. O presidente disse que quando o vereador Domingos ligou pra ele, ele foi servido, pontuou que o vereador Domingos está faltando com respeito e entrando na vida pessoal dele. Em resposta o vereador Domingos disse que foi servido duas vezes, que não tem nada contra a legislatura do presidente que seus pais são vizinhos, mas quando uma pessoa liga ele atende porque quando colocam o nome a disposição do povo tem que estar preparado e que fica a dica. O presidente explanou que no seu primeiro mandato ele teve 213 (duzentos e treze) votos e que nesse teve 504 (quinhentos e quatro) votos e que o vereador Domingos tentou entrar nesta Casa por diversas vezes e não conseguiu e ele que é ruim? O vereador Domingos respondeu que tentou entrar sozinho, não foi aparelhado não e que entrou aqui por mérito dele e da família. O presidente exigiu respeito, falou para o vereador Domingos procurar o contador e solicitou que cortasse o microfone do vereador Domingos. O vereador Valdenor fez uso da palavra e falou que para pagar o salário correto dos vereadores, precisa somente do corte de gastos no valor de R\$7.200,00 (sete mil e duzentos) reais e que os servidores da Casa não são todos concursados. O presidente Esmaelio falou que não vai demitir os funcionários, que todos precisam do emprego. O vereador Valdenor falou que não está mandando demitir mas que o presidente contratou porque quis e que ele não vai deixar tirar do seu salário para pagar funcionário de câmara. O senhor presidente explanou que falar sobre o salário ele aceita, agora não aceita falar da vida pessoal dele sobre ele não atender telefone e encerrou a sessão. Eu Laiane Ferreira Galvão, secretária deste poder, digitei a presente ata que após lida vai assinada por mim, pelo senhor presidente em e pelos vereadores acima mencionados.

Laiane Ferreira Galvão
CEZAR FIOR DE SILVA
João dos Santos
João dos Santos
João dos Santos